COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PRESIDENTE

DEPUTADO ROBERTO TRIPOLI - PV

01/09/2015

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.

01/09/2015

O SR. . PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Com a presença do senhor deputado, líder do PSDB nessa Casa, Carlos Pignatari, a deputada Ana do Carmo, deputado Orlando Bolçone, Roberto Tripoli na presidência, Sebastião dos Santos e Marcos Martins.

Eu já falei da Ana Martins, que também está aqui? Ana do Carmo, que é nossa vice-presidente.

Há número legal, declaro aberta a nossa sexta reunião ordinária da douta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, primeira sessão legislativa, 18ª Legislatura.

Queria também a anunciar a presença do senhor deputado, André do Prado, que é um dos que mais batalha nessa Casa por esse Projeto, me cobra desde o primeiro dia que cheguei, a respeito desse Projeto.

Queria anunciar que se encontra entre nós, também, o senhor prefeito de Salesópolis, presidente do Comitê das Bacias do Alto Tietê, senhor Benedito Rafael da Silva, seja bem-vindo. Se puder, faça parte da nossa Mesa, por favor.

André Saraiva, secretário do Verde e Meio Ambiente de Mogi das Cruzes, deputado Chico Sardelli, líder do bloco nesta Casa, André Rodrigues de Oliveira, secretário executivo do Consórcio do Município do Alto Tietê.

A AUDIÊNCIA – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Audrey, senhor Audrey, me desculpa a falha, senhor Audrey.

A AUDIÊNCIA – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Eu solicito aos senhores aqui, Chico Sardelli, eu solicito a leitura da ata.

O SR. CHICO SARDELLI – PV – Pela ordem, senhor presidente. Solicito...

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Pela ordem, senhor Chico.

O SR. CHICO SARDELLI – PV – A dispensa da ata da reunião anterior.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Se os senhores deputados concordarem com o requerimento do nobre deputado, Chico Sardelli, permaneçam como se encontram. Está aprovado então, considerem lida a ata da última reunião.

Senhores deputados e deputadas, eu me aconselho com os senhores, nós temos uma pauta com quatro projetos a serem analisados. Nós temos quatro projetos e temos um requerimento, é isso?

A AUDIÊNCIA – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – E três requerimentos.

Deputado Turco, muito bem-vindo, como sempre.

Eu pergunto aos senhores, deputados e deputadas, se nós podemos adiar os itens da pauta para a outra reunião, os deputados querem deliberar primeiro à pauta e depois começaríamos a oitiva a respeito do Projeto de Lei do Alto Tietê?

Eu abro a palavra aos senhores deputados.

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB – Pela ordem. Está (Ininteligível.).

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Pela ordem o deputado Orlando Bolçone.

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB – Só para entender a proposta, o senhor está em nós fazermos a discussão da 980?

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – É que nós temos aqui várias autoridades representando os secretários e prefeitos que vieram de longe, então...

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Se os senhores e senhoras deputadas, nós temos requerimentos...

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Também.

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Então nesse sentido eu peço...

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB – Adiamento.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Um adiamento...

O SR. – Pra outra...

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Da pauta para a próxima reunião.

O SR. – Tá bom.

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB – Sim.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Todos os senhores deputados concordam? Estão todos atentam a essa questão? Muito bem.

Então, conforme requerimento dessa presidência eu peço adiamento de toda matéria desta reunião para a próxima sessão. Se os deputados concordarem permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Hoje nós temos aqui para o debate na douta Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Lei 980/2015, que dispõe sobre as Áreas de Proteção pelos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras APRM-ATC, suas Áreas de Intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesses regionais para a proteção e recuperação dos mananciais. Projeto de Lei de autoria do Executivo.

O SR. – (Ininteligível.) Tem aquela moça que veio pra falar, pega o nome dela completo, faz o favor.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – O que acontece aqui, senhores, deputados, prefeitos e a população presente, é que nós assumimos um mandato em março deste ano, acredito que 30% dos deputados são novos deputados.

Esse Projeto, pelo que eu fiquei sabendo, foi um Projeto muito discutido pelas sociedades ambientalistas, por prefeitos, pela sociedade civil e por prefeitos. Acontece que nesse mandato, quando tomei ciência do Projeto, eu pedi para ser discutido, porque os novos deputados não têm conhecimento de detalhes do Projeto.

Então o Projeto já passou pela Comissão de Meio Ambiente, mas eu pedi ao senhor presidente e aos senhores líderes da Assembleia que nós possamos discutir o Projeto para poder orientar a votação e ver se o Projeto de fato consiste em proteção aos mananciais como está dizendo aqui.

Nesse sentido, representando a Secretaria de Recursos Hídricos o senhor Amauri Pollachi.

O SR. – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Pollachi, que tem uma apresentação a fazer, então o encaminhamento que eu faço, senhores deputados, é que primeiro nós possamos ouvir a Secretaria de Recursos Hídricos.

Eu queria anunciar também que se encontra em nós a senhora Malu Ribeiro, coordenadora da Rede das Águas SOS Mata Atlântica, muito obrigado pela presença, acompanhado do Beloyanis, conhecido como Belô.

Eu queria fazer o encaminhamento da seguinte forma, nós podemos ouvir o coordenador da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos primeiramente e depois ouvir a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, em seguida ouvir alguns prefeitos que aqui se encontram e depois os senhores deputados.

Se os senhores concordarem permaneçam como se encontram. Então está feito o encaminhamento.

Qual é o tempo que nós vamos dar ao senhor Amauri? Senhor Amauri, por favor, a sua apresentação o senhor trouxe parece um Power Point, alguma coisa, qual é o tempo necessário, o mínimo possível para que a...?

O SR. AMAURI POLLACHI – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Então 10 minutos.

Então nós vamos dar ao senhor Amauri 10 minutos pra ele fazer a explanação a respeito do Projeto, em seguida a Secretaria de Meio Ambiente, Movimentos Ambientalistas, os senhores prefeitos e os senhores deputados.

Boa tarde, senhor Amauri, muito bem-vindo, obrigado por aceitar o convite, e poderia expor aqui aos senhores deputados e deputadas do que se trata de fato o Projeto 980/2015. Tem Vossa Senhoria a palavra por 10 minutos.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB – Pela ordem, um momento só, presidente.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Antes do senhor falar, deputado Carlão Pignatari, com a palavra.

O SR. CARLÃO PIGNATARI – PSDB – É... Nós estamos... Esse Projeto é um Projeto que para ser discutido são 9h, mais uma celeuma danada. O líder do governo hoje pediu para que a gente comece a discussão em plenário, não vai terminar nem em um dia, dois, cinco ou dez.

Depois, se a Comissão nossa, aqui do Meio Ambiente, definir que tem que fazer um aglutinativo ou algumas mudanças, isso não impede, porque se não começar a discussão nós não vamos evoluir.

Votar por acordo não vai, então que dizer eu acho que hoje, no Colégio de Líderes, a gente poderia tentar começar a discussão disso hoje na ordem do dia, uma pergunta para você, o senhor que é presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – É, o senhor presidente da Comissão diria o seguinte, que eu não teria nada a me opor em começar a discutir, claro, depois da audiência pública.

Porque da audiência pública pode surgir algum item que a gente possa discutir no Colégio de Líderes, porque o Colégio de Líderes vai discutir o Projeto. A discussão vai ser no plenário, o plenário vai começar às 4:30h, na sessão extraordinária, certo? A discussão vai começar umas sete e...

O SR. – Não, não, não.

O SR. – A ordem é começar na extra.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Na extra, então imagino umas 19h, eu acho que até lá nós teremos um parecer da Comissão. Parecer que eu digo, não jurídico, mas uma noção do que se pode ser discutido.

Porque aqui eu, por exemplo, vou aprender aqui para poder discutir no plenário. Então eu, de antemão, diria a Vossa Excelência que não tenho nada em me opor à votação desse Projeto.

E queria agradecer a participação do senhor, líder do PSDB, sempre colaborando com essa Comissão.

O que eu diria é que a Comissão tem que discutir, tem que conhecer, tem que se aprofundar, porque diz respeito à área de reprodução dos mananciais, uma questão muito importante, quer dizer, numa cidade como São Paulo quem mais incentivou as invasões foi o estado, e o estado que eu digo é o município, o governo, criando asfalto, linha de ônibus, a Sabesp não pode por água em área de produção de mananciais, enfim, é uma questão polêmica, São Bernardo do Campo, Mauá, enfim, são várias cidades.

Hoje, com essa situação da falta d’água, eu acho que é muito importante ter conhecimento de causa.

Não havendo mais nenhum deputado que queira se pronunciar, então eu passo a palavra ao senhor Amauri, que terá 10 minutos para expor a respeito do Projeto.

O SR. AMAURI POLLACHI – Agradeço, senhor presidente, pela palavra.

Gostaria de em nome do nosso secretário de Saneamento e Recursos Hídricos, agradecer o convite feito por essa Comissão para podermos expor, rapidamente, alguns aspectos desse Projeto de Lei, extremamente importante para a região leste da grande São Paulo.

Então rapidamente, numa exposição muito sucinta, com poucos slides, mas pra mostrar um pouco qual é o objetivo, quais são as principais diretrizes que esse Projeto de Lei contém.

Por favor, eu vou pedir um apoio, somente na sequência dos slides, pode ir.

Bem, esse Projeto de Lei ele é derivado da Lei 9.866 de 1997, de 25 de novembro de 1997, a lei chamada Nova Lei de Mananciais, que estabeleceu algumas diretrizes básicas a serem seguidas na definição da ocupação do uso, no uso e ocupação do solo nas áreas de mananciais, principalmente.

Essa legislação, a 9.866, ela estabelece pela primeira vez a preservação e a recuperação das áreas de mananciais. Num sistema de gestão participativa que engloba, principalmente, uma atuação mais determinante dos comitês de bacias hidrográficas e tem uma vinculação forte com o sistema integrado de gestão de recursos hídricos, que foi estabelecido pela legislação da 7.663 de 1991.

Ele também reconhece que existe uma ocupação precária e irregular em algumas áreas de mananciais, ou em parcelas significativas delas, cria áreas de intervenção, estabelece metas de qualidade da água, e esses dois mecanismos que estão colocados, inclusive estão grifados aí nessa apresentação, são muito importantes, porque a partir do uso e ocupação do solo que é definido com essas áreas de intervenção nesta definição territorial se estabelece então um padrão de qualidade da água desse manancial.

Ou seja, é uma relação muito, diria assim, uma relação de simbiose entre a ocupação do solo e a qualidade do manancial que dele irá restar, a partir da consequência dessa ocupação do uso do solo.

Também ela integra programas habitacionais com a preservação do meio ambiente, e cria um instrumento de regularização mediante compensação, o que pode se dar por via registro de imóveis, em que a gente grava determinada posições territoriais como áreas exclusivas de preservação ambiental ou outros tipos de instrumentos previstos como compensação.

Além disso, ela determina que devem ser feitas leis específicas por bacias hidrográficas e não revogou as leis anteriores, até que sejam feitas as novas leis específicas.

No slide seguinte nós mostramos os principais instrumentos de gestão e planejamento que estão dispostos nessa legislação, ou seja, para se criar uma lei de área de proteção e recuperação de mananciais, está gravado no círculo central, devem ser implantados e dispostos instrumentos como Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental, o chamado PDPA.

Definir dentro de um espaço territorial uma área de manancial, definir quais são as áreas de intervenção, estabelecer vínculos com o monitoramento da qualidade da água e isso tudo está dentro de um sistema gerencial de informações e que também prevê um sistema de fiscalização e programas de recuperação de interesse social para aquelas áreas onde existem assentamentos precários de interesse social.

Tudo isso gravado por um suporte financeiro, que inclusive está disposto lá na legislação da cobrança pelo uso da água dos recursos hídricos, cobrança pelo uso das águas, dos recursos hídricos na bacia do Alto Tietê, que 50% dos recursos arrecadados com essa cobrança serão destinados para aplicação na recuperação das áreas de mananciais.

Na sequência nós mostramos a tramitação disposta no Artigo 4º, da Lei 9.866, que mostra que essa tramitação dessa legislação, como foi assinalado aqui pelos senhores deputados, ela foi uma tramitação bastante extensa e que envolveu o Comitê de Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, envolveu o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Consema, Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de São Paulo e até chegar a Assessoria Técnica Legislativa, a Casa Civil e chegar a essa Casa.

Então o processo que se pressupõe para a elaboração de qualquer legislação de proteção de mananciais é um processo participativo e debatido em várias instâncias dos sistemas de meio ambiente, de recursos hídricos e metropolitanos.

Na sequência nós mostramos um mapa que mostra que na região metropolitana de São Paulo, quais são as áreas de mananciais definidas pela legislação antiga, dos anos 1970, a Lei 898 e a Lei 1.172, a Lei 1.172 de 1976, que definiram algumas áreas de mananciais, que na verdade compõe mais da metade do território da região metropolitana de São Paulo, 54% do território está gravado como área de proteção aos mananciais.

E aqui nesse mapa procuramos dar uma síntese de quais são as áreas que já têm leis específicas aprovadas, que é o caso aqui, a primeira, da Guarapiranga, que passou por esta Casa e tomou o número 12.233 e em 2006, a Lei específica da Billings, de 2009, a lei específica do Alto Juqueri, agora recentemente aprovada nesta Casa, que foi promulgada em abril deste ano, e agora temos aqui esse PL 980 para a área do Alto Tietê Cabeceiras, conforme ali está identificado.

Ainda temos a adentrar aqui na Casa para podermos aí então poder abranger toda a porção territorial que antes eram abrangidas pelas leis dos anos 1970, ainda faltam as leis do rio Cotia, da bacia do rio Cotia, da bacia do rio Guaió, também do Alto Juquiá, e do Jaguari.

Esperamos que essa legislações adentrem aqui a Casa, passem por todo o Comitê de Bacias e toda a tramitação e possam aqui entrar na casa legislativa no próximo ano.

Na sequência mostramos o espaço territorial onde se insere a área de proteção e recuperação de mananciais do Alto Tietê Cabeceiras, na porção leste da grande São Paulo, que tem partes dos territórios de Paraibuna, Salesópolis, praticamente todo o território de Salesópolis, praticamente toda a área de Biritiba Mirim, metade de Suzano, aproximadamente metade de Mogi das Cruzes, e cerca de ¼ do município de Ribeirão Pires, então são esses os municípios que têm área inserida nesse Projeto de Lei. Pode seguir.

Somente para situar, que nós temos... Ele também abrange uma porção territorial dos rios Itatinga e Itapanhaú, que estavam previstas na legislação antiga de 1976, e que são áreas que compõe parte do território da unidade de gestão de recursos hídricos da baixada santista, chamada Ugrhi 7, então há uma pequena parcela aí de área bastante protegida, uma parte pelo Parque Estadual da Serra do Mar, que drena para a baixada santista, no restante é área totalmente integrada na bacia do Alto Tietê.

Este é um dos mapas que compõe um dos anexos da proposta do PL 980, que delimita então a forma de uso e ocupação do solo nesse espaço territorial.

Como se vê é um território que basicamente tem ocupação econômica muito forte da produção agrícola, voltada ao abastecimento de hortaliças, de produtos de consumo à nossa mesa aqui, na região de São Paulo, então é uma área extremamente importante de ser mantida com essa vocação econômica e também uma parcela importante ainda dotada de mata, dotada de recursos naturais bastante preservados.

E como todos vocês sabem é uma área que hoje é fundamental para a proteção dos recursos hídricos na nossa região, tão assolada pela seca que atravessa, que acontece

já desde 2014 e com isso nós esperamos dar um passo importante no sentido da preservação desse espaço territorial para essa função, tanto uma função econômica importante do abastecimento em termos de alimentação básica aqui para a nossa região, como em termos de abastecimento de água.

Além disso, um dos anexos também da legislação, mostra um mapa que define quais são [Pode passar, isso.], o mapa que mostra aí as sub-bacias, onde aí é feita a correlação entre uso do solo e a qualidade da água do manancial.

E cada uma dessas sub-bacias foi bastante estudada, foi estudada com muita profundidade, por meio de um plano de desenvolvimento de proteção ambiental elaborado pelo IPT, e que foi bastante debatido dentro das instâncias municipais e estaduais aí correlatas.

Por fim, como último slide, mostramos aqui também os parâmetros urbanísticos que estão presentes no anexo três dessa legislação, que estabelece para cada tipo de área, de subárea, estabelece quais são os padrões em termos de lote mínimo, de coeficiente de aproveitamento, de taxa de permeabilidade, e de índice de área vegetada.

Como se percebe é importantíssima a função desse espaço territorial como área de conservação ambiental e com esse uso predominante de produção do agronegócio local.

Eu creio que é isso, senhor presidente, rapidamente, e estamos à disposição para qualquer esclarecimento adicional aqui dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Eu gostaria que o senhor continuasse na Mesa. Nós vamos ouvir o representante da Secretaria de Meio Ambiente agora, que é o senhor Eduardo Trani, coordenador da CPLA, Coordenadoria de Planejamento Ambiental, representa aqui a senhora secretária de Meio Ambiente, que possa também usar da palavra, em seguida nós ouviremos mais um técnico e passaremos a palavra aos senhores deputados e prefeitos.

Eu queria anunciar também que se encontra em nós a querida deputada Marcia Lia, que está aqui entre nós.

O SR. EDUARDO TRANI – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV - Muito bem-vindo.

O SR. EDUARDO TRANI – Excelentíssimo deputado Tripoli, e Excelentíssimos deputados da Comissão, eu vou tomar metade do tempo, obviamente, que o Amauri já o fez, razão pela qual só gostaria de alertar, em nome da secretária, agradecer a saudação que ela faz, a secretária Patricia Iglecias, de Meio Ambiente, que pediu que hoje eu a representasse nesse importante evento.

Eu tenho muita satisfação, até de caráter pessoal e profissional, razão porque, e o Amauri bem mostrou, a importância que teve essa Casa e essa Assembleia no ano de 1997 em aprovar, provavelmente, uma das leis mais importantes para a gente recuperar a qualidade ambiental dessa metrópole.

Em 1995, me permitam só historiar rapidamente, quando o governador Covas estabeleceu como meta revermos a legislação de manancial, a antiga Lei 7.576, por razões de coincidências hoje eu voltei novamente à Secretaria de Meio Ambiente, àquela época ele nos solicitou que montássemos uma comissão para repensar esse modelo de revisão.

E eu vejo aqui vários deputados que têm trabalhado conosco, Ana do Carmo, Bolçone e tantos outros, e colegas aqui, Belô e demais da sociedade civil, a importância dessa lei, do processo de tramitação, deputados, foi o fato dela ter sido uma legislação amplamente debatida com a sociedade, com os municípios.

À época nós fizemos mais de 100 reuniões públicas para que finalmente pudéssemos promulgar uma lei que essa Casa tão bem emendou e trabalho, que é a lei de Regulamentação de Mananciais de São Paulo.

Diante disso, passados agora, praticamente, quase 20 anos, não é? Nós temos a felicidade de vermos aprovadas uma a uma, Guarapiranga, Billings, o Juqueri e agora, finalmente, o Alto Tietê.

Então eu não vou falar da parte técnica, que o Amauri mostrou bem, nós temos, eu gostaria só de ressaltar, deputado, que essa minuta que aqui veio passou por todas as instâncias técnicas, a Secretaria de Meio Ambiente, com a cautela que lhe é peculiar, viu isto, se doou para que de fato a gente tenha uma legislação que proteja e preserve e recupere aquilo que nós perdemos ao longo do tempo.

A grande tônica dessa legislação é estabelecer uma legislação progressiva que veja o planejamento dos anos futuros.

Estou vendo aqui o nosso prefeito de Salesópolis e demais responsáveis que trabalham nos Comitês de bacias, que trabalham nas diferentes instâncias, hoje, do

planejamento metropolitano ambiental de recursos hídricos para que a gente tenha uma grande condução contínua de melhoria, sobretudo da qualidade de vida das populações que moram nessa região, da qualidade dos nossos mananciais e da recuperação ambiental, tão cara hoje a todos os projetos voltados à questão ambiental em face dos problemas hídricos que temos, em face de melhorar a vegetação e em face de termos cidades e sociedades de melhor qualidade.

Portanto, fazendo usa da palavra somente desta questão, estamos à disposição. O Amauri já mostrou, nós estamos aqui com a nossa equipe também, Márcia Nascimento, Laura, nossos representantes da Secretaria do Meio Ambiente, que ao longo desses últimos 25 anos temos nos dedicado junto às instâncias da sociedade civil em encontrar fórmulas.

Fórmulas de ajuste aquilo que é o planejamento do uso do solo, complexo, de escala metropolitana, que vá falando pouco a pouco e como vem falando, por isso há todo um processo de compatibilização dos planos diretores municipais com esta legislação, para que não haja conflito de interesses.

Então é uma legislação que foi pensada nos anos 1990 para reverter, digamos, o caos que nós tivemos nas nossas regiões de mananciais com uma ocupação obviamente desordenada, de baixa qualidade, com pouca infraestrutura e podermos ao longo dos anos melhorarmos isso tudo e termos no futuro uma legislação que aposta na qualidade no futuro.

Então essas breves palavras, mais uma vez eu, em nome da secretária Patricia, venho dar a contribuição da nossa Secretaria, eu estou à disposição para o debate. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Nós que agradecemos a participação do senhor, Eduardo, peço que o senhor continue aqui na Mesa, e eu pediria que a senhora Malu Ribeiro pudesse vir à Mesa.

E o deputado Alencar Santana também se encontra entre nós, muito bem-vindo, deputado.

Eu pediria que a Malu também, que representa o coordenador da Rede da Águas da SOS Mata Atlântica, pudesse comentar sobre os debates que chegou a este Projeto.

A SRA. MALU RIBEIRO – Boa tarde, deputados, deputado Tripoli, de quem eu saúdo e agradeço o convite ao SOS Mata Atlântica, a todos os deputados dessa Comissão.

A Fundação SOS Mata Atlântica acompanhou efetivamente esse processo desde o processo da mudança da lei de mananciais dos anos 1990, e foi muito importante entender o papel da descentralização e, sobretudo, dos comitês de bacia na elaboração desse primeiro diagnóstico de situação das bacias, para que a gestão de mananciais pudesse ser integrada e de fato efetiva na bacia do Alto Tietê e, sobretudo, nas sub-bacias hidrográficas.

E como membro das Organizações Ambientalistas no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, acompanhamos os prefeitos, o prefeito de Salesópolis, o presidente do subcomitê de bacias, todos os grupos ambientalistas, a SOS Mata Atlântica conta com uma rede de voluntários que mensalmente coletam e analisam a qualidade da água da bacia do Alto e Médio Tietê.

E na região do Alto Tietê, de Salesópolis a Mogi, nós temos uma condição de água que varia com índices de IQA, de Índice de Qualidade de Água, portanto, de bom a aceitável na média dos anos e, sobretudo nesses últimos dois anos da seca que nos afeta desde 2013 até agora, Biritiba Mirim, Salesópolis e as cidades de entorno até a área de agricultura de Mogi das Cruzes, têm apresentado uma evolução gradativa de melhoria da qualidade da água, ao ponto desses mananciais do então sistema Alto Tietê, terem nos socorrido aqui, na bacia Pinheiros-Pirapora e no resto da bacia do déficit da bacia do Cantareira.

E nós temos acompanhado e monitorado em parceria com o Inpe, o Instituto de Pesquisas Espaciais, por meio do atlas de remanescentes florestais da Mata Atlântica e destacaríamos dois programas extremamente audaciosos e extremamente importantes na gestão da água na bacia, na região metropolitana.

O primeiro deles é este plano, que regulariza usos do solo, permite que os municípios de Salesópolis e Biritiba Mirim finalmente regularizem as moradias das suas comunidades num parcelamento de solo que entendemos justo e adequado para que seja harmonioso com a Mata Atlântica.

O reconhecimento pelo governador de São Paulo, no ano passado, quando esta Casa votou um Projeto de Lei que seria extremamente impactante, e seria um gravíssimo retrocesso para o estado de São Paulo e para a gestão ambiental que foi a regulamentação do Código Florestal Brasileiro, manteve a luz do trabalho que foi

desenvolvido no Comitê de Bacia, as faixas de preservação permanente dos mananciais nas metragens mínimas que a ciência recomenda para que tenhamos água em qualidade e quantidade na nossa bacia.

A SOS Mata Atlântica com Inpe fez esse levantamento e nós temos na bacia do Cantareira menos de 21% da cobertura florestal natural da qual dependem as águas.

Por que quê os mananciais do sistema Alto Tietê não entraram em colapso da mesma forma que o sistema da bacia do Cantareira? Não só pela demanda, pela retirada que passou a ser muito maior do que a capacidade, para poder socorrer o déficit, mas, sobretudo, pelo importante mosaico de áreas protegidas e de usos e manejos sustentáveis do solo que aquela comunidade vem fazendo na bacia.

Portanto, entendemos, deputados, que o reconhecimento e a acolhida deste Projeto que foi amplamente trabalhado com todos os conflitos sociais que envolvem o uso e a gestão do solo, com todos os interesses, nem sempre convergente na gestão da água, porque só agora, por conta da crise, muitas pessoas se dão conta do papel da floresta e da água de forma integrada e dos relevantes serviços ambientais e ecossistêmicos que esses municípios nos prestam.

Pois se são os municípios de cabeceira e os municípios detentores da várzea que são responsáveis pela regulação do clima, por minimizar os impactos de mudanças extremas do clima na região metropolitana de São Paulo, ou de seca de clima de deserto que se tem hoje, ou de chuvas que em 15 minutos criam inundações, erosões, levam patrimônios e vidas de nossas populações e nós não conseguimos dar respostas rápidas, o reconhecimento de que esse planejamento integrado da bacia é a forma melhor de minimizarmos os impactos do clima foi o melhor presente que nós pudemos compartilhar no Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

O Trani, o representante das duas Secretarias, são conselheiros, nossos parceiros e a gente pode pedir aqui com total tranquilidade e conhecimento técnico e dados técnicos produzidos ao longo desses 30 anos que o SOS Mata Atlântica faz o atlas dos remanescentes florestais.

E dos 25 anos que nós monitoramos a qualidade das águas no estado, que essa gestão participativa da bacia é responsável pela melhoria dos indicadores de qualidade da água em Biritiba, Salesópolis, Mogi, Itaquá e, sobretudo, na região do Parque Várzeas.

Depois de amanhã nós sairemos numa expedição com caiaque daquele ecoesportista, o Dan Robson, que leva aquele equipamento todo, monitorando a qualidade da água.

Estaremos lá em Salesópolis às 9h da manhã, aproveito para convidar o prefeito e todos os deputados e diariamente, até o dia 10 de outubro, estaremos navegando pelo rio Tietê e pelos principais afluentes do rio dando os indicadores de qualidade da água e mostrando de que forma os impactos do clima têm nos deixado ainda mais indisponíveis rios que poderiam estar sendo aproveitados.

Então pedimos o empenho dos nobres deputados, que acolham esse trabalho do Comitê de Bacia, este trabalho que foi já apreciado tecnicamente pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos, pelo Consema, e que nós possamos fazer isso pra todos os outros mananciais.

Ficamos à disposição de Vossas Excelências com esses dados técnicos, com os estudos e mapeamentos e parabenizamos a Casa por mais esta conquista. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Eu peço à Malu que continue aqui na Mesa. Eu me lembro que a Malu, algum tempo atrás, quando começou a seca, pronunciou uma fala que eu achei muito interessante, que diz o seguinte: "Não falta água, o que tem que parar é de sujar a água que nós já temos."

Quer dizer a questão do rio Tietê e do rio Pinheiros, a Billings, enfim, água nós temos, não é que falta água, a população tem que deixar de sujar a água.

Eu gostaria de passar a palavra agora, que está entre nós na Mesa, o senhor prefeito de Salesópolis, Benedito Rafael da Silva, que pode falar como presidente do Comitê das Bacias do Alto Tietê, tem Vossa Excelência a palavra, senhor prefeito.

O SR. BENEDITO RAFAEL DA SILVA – Senhor presidente, Ricardo Tripoli, senhores deputados...

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – É Roberto Tripoli, doutor.

O SR. BENEDITO RAFAEL DA SILVA – Ricardo é o autor da lei.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – É. Chama de Tripoli que fica mais fácil.

O SR. BENEDITO RAFAEL DA SILVA – O Amauri, o Trani, companheiro na luta de lei específica, que trabalhamos 12 anos lei, nessa minuta de lei do Alto Tietê Cabeceiras.

Comecei a trabalhar nessa lei ainda como diretor de recursos hídricos da DAE, em 2003, essa lei caminha até hoje em discussão.

Foi dito aqui pela Malu, pelo Trani, pelo Amauri, todo o procedimento que nós tivemos o cuidado da preservação ambiental dos mananciais do Alto Tietê Cabeceiras.

Eu quero falar aqui de uma segunda etapa da importância dessa lei, que é a recuperação e melhoria das condições de moradia dessa população.

A Lei 898 de 1975 trouxe em seu bojo um arcabouço territorial muito grande, ao invés de fiscalizar e de proteger os mananciais trouxe uma degradação dos mananciais da Billings, Guarapiranga, trouxe uma ocupação desordenada e que precisou desse estudo para uma organização mais democrática dos recursos hídricos.

A ocupação urbana em Salesópolis, nossa região, ela está preservada. Nós, hoje, temos 440km², 2,2% da área com ocupação urbana, mas estamos em função da Lei 898, sofrendo, com a população sofrendo tremendamente em função dessa lei.

E viemos aqui pedir, com urgência, que os senhores aprovem essa lei específica do Alto Tietê Cabeceiras.

Hoje a minha pequena população de 17.000 habitantes vive num terrorismo ambiental, nós, hoje, estamos sob um guarda-chuva da 898, não podemos a 500m do centro da cidade, o nosso lote mínimo hoje é 2.500m², e minha população carente hoje não pode ter um “Minha casa, minha vida.”, pode ter um “Minha chácara, minha vida.”, porque é tão grande a discrepância da ocupação urbana imposta nessa Lei 898.

A área central nossa, qualquer ocupação, qualquer modificação, exige licenciamento ambiental da Cetesb, que não tem braço pra isso, então trava toda uma ocupação da cidade, prejudicando os moradores. São centenas de ações civis públicas, impostas pelo Ministério Público, trazendo um enorme prejuízo a toda a população.

Um prejuízo para a governança, um prejuízo para a administração pública. Hoje a prefeitura é ré em toda ação de ocupação irregular no município proposta pelo Ministério Público. Eu sou co-réu em mais de 300 ações civis no município hoje.

Essa lei, da forma que ela foi elaborada, estudada e bem elaborada, corrige essas distorções, da uma dignidade a ocupação daquela população.

Por isso eu peço que os senhores deputados ajam com carinho, com atenção com a nossa população, que hoje elas cuidam das nascentes nossas do nosso Tietê. O Tietê nasce em Salesópolis, é preservado, hoje lá, como eu disse, 2,2% da área tem ocupação urbana, e mesmo assim temos projetos do município protegendo e restaurando as áreas de mananciais.

Hoje temos um projeto da Agência Nacional de Águas em convênio com a TNC, a Nacional Conservancy, que as nascentes, que protege as APPs, que restaura a reatauração florestal, então o município, mesmo assim, se preocupa com a proteção dos mananciais, mesmo sofrendo como está.

Mas é premente para o nosso município a aprovação da lei específica para que possa corrigir a distorção da ocupação urbana do município. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Muito bem, eu gostaria de agora abrir a palavra aos senhores deputados para maiores informações. Pelo que vejo o deputado Turco já está a postos para fazer suas perguntas, com a palavra o deputado.

O SR. LUIZ TURCO – PT – Pela ordem, senhor presidente. Cumprimentar aqui os deputados, prefeitos, cumprimentar também o Trani, Secretaria do Meio Ambiente, o Amauri, Recursos Hídricos, e também a Malu Ribeiro, do SOS Mata Atlântica.

Senhor presidente, como é um Projeto de iniciativa exclusiva do Executivo, não resta muita coisa aqui pra gente se a gente não fizer uma análise aqui mais... Um debate. Porque após 18 anos esse Projeto veio com regime de urgência para ser debatido aqui na Assembleia Legislativa.

Eu sou deputado de primeiro mandato, mas até onde eu tenho informação, até o momento a Alesp aprovou leis específicas de projetos de áreas de proteção, das bacias do Guarapiranga, Billings e do Alto Juqueri.

E até aonde eu tenho informação também, todos esses três projetos foram feitos vários debates, tanto aqui na Alesp, como também das cidades que foram... Dessas cidades que estão aqui entorno da Guarapiranga, Billings e Alto Juqueri.

Então eu queria aproveitar a oportunidade aqui, que nós estamos recebendo aqui na Casa representante da Secretaria de Recursos Hídricos, Meio Ambiente, SOS Mata Atlântica, para fazer algumas questões, se for possível, aqui.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Tem. Vossa Excelência...

O SR. LUIZ TURCO – PT – São perguntas.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Mas o encaminhamento que eu dei, é que Vossa Excelência...

O SR. LUIZ TURCO – PT – Eu cheguei atrasado.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Vamos fazer o seguinte, o encaminhamento que a presidência deu foi o seguinte, primeiro vamos ouvir quem fez o Projeto, Recursos Hídricos, Meio Ambiente, a sociedade civil organizada, o senhor prefeito, que é presidente das Bacias, e depois aberto aos deputados para perguntar o que achar conveniente, quer dizer, a partir de agora cabe aos senhores deputados perguntar, por isso que eu pedi que eles ficasse à Mesa.

O SR. LUIZ TURCO – PT – Está ok. Obrigado, senhor presidente.

Então tem algumas questões aqui que eu gostaria de aproveitar a oportunidade aqui para colocar aqui para os nossos convidados aqui.

O sistema produtor de água do Alto Tietê encontra-se com 13.7 de sua capacidade, considerando-se o volume morto de 6.6, a principal represa do sistema Ponte Nova está com apenas 6.5%, houve superexploração do sistema para que se chegasse a um nível tão baixo?

Havia medidas que poderiam ter sido tomadas para evitar essa situação? São várias aqui, não sei...

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Não sei, Vossa Excelência podia fazer umas cinco perguntas e depois eu...

O SR. LUIZ TURCO – PT – Está ok.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Isso daí, aqui, é indiferente.

O SR. LUIZ TURCO – PT – Então vamos lá.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Eles estão aqui para de fato responder.

O SR. LUIZ TURCO – PT – Muito bem. O baixo nível dos reservatórios pode comprometer a qualidade da água bruta para captação e tratamento na medida em que dificulta a diluição dos poluentes? Estamos falando aqui da qualidade da água.

O entorno dos reservatórios do Alto Tietê está preservado? Tem cobertura florestal suficiente para recarga dos aquíferos e produção de água? As nascentes estão protegidas? Como está a legislação que pode contribuir para a ampliação da cobertura vegetal na área de proteção e recuperação dos mananciais?

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – São essas perguntas?

O SR. LUIZ TURCO – PT – Tem várias aqui.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Mas vamos tentar fazer um rodízio?

O SR. LUIZ TURCO – PT – Isso.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Se não, nós voltamos a Vossa Excelência se for o caso.

Eu passaria duas pessoas pra responder, primeiro o responsável pelos Recursos Hídricos e em seguida, como que a SOS Mata Atlântica tem acompanhado a questão da poluição, enfim, acho que ela pode colaborar com Vossa Excelência.

Então, primeiramente, o responsável pela Secretaria de Recursos Hídricos, com a palavra.

O SR. AMAURI POLLACHI – Senhor deputado, agradeço as perguntas.

Bom, primeiro, existe algumas questões que foram colocadas que são de caráter exclusivo, eu diria assim, para serem respondidos pela Sabesp, a respeito da questão da superexploração de mananciais e em termos da capacidade de tratamento, eu creio que essa, sobre essas questões eu não tenho conhecimento e habilitação suficiente para poder respondê-las, peço desculpas por esse sentido e devem ser apropriadamente respondidas pela Sabesp em qualquer circunstância.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Me permite um minuto, professor. Eu queria só também lembrar que a Sabesp estará aqui no próximo dia 15, esse presidente estará de licença, mas a deputada Ana presidirá, então, é só para registro, pois não.

O SR. AMAURI POLLACHI – Bom, com relação à questão do entorno dos reservatórios e a preservação, isso nós podemos colocar claramente.

Na nossa disposição um dos mapas, ele mostra ali a ocupação que foi... O desenho que ficou em todo desse espaço territorial em termos de subárea de ocupação. E 92% do espaço territorial da área de proteção do Alto Tietê Cabeceiras foi colocado como de conservação ambiental.

Conservação ambiental são lotes mínimos de 7.500m², com coeficiente de aproveitamento baixo, com elevada permeabilidade, praticamente 80% de permeabilidade, são destinados a essa função básica de conservação ambiental e onde se da hoje a produção agrícola ali da região.

Inclusive há até o município de Mogi das Cruzes hoje é o segundo maior produtor brasileiro de orquídeas, e é uma fonte importante de renda ali, inclusive nós buscamos nos dispositivos da lei deixar claramente vocacionada para essa condição, então, como até foi dito pelo nosso presidente do Comitê de Bacias e prefeito de Salesópolis, o prefeito Rafael, o espaço urbano consolidado em toda essa porção territorial foi de apenas 2% do total da área de proteção do Alto Tietê Cabeceiras.

É muito diferente da situação que nós temos numa área da Guarapiranga ou da Billings, em que nós temos, por exemplo, no caso da Guarapiranga, cerca de 12 a 13% do espaço territorial ocupado por urbanização consolidada.

Então houve essa preocupação, de realmente configurar aqueles espaços urbanos característicos, que hoje já apresentam essa configuração, e isso foi inclusive, como até realçado aqui pelo companheiro aqui, Eduardo Trani, foi trabalhado junto com as prefeituras municipais nos respectivos planos diretores.

Então o Plano Diretor de Mogi está absolutamente convergente com aquilo que nós temos aqui apontado em termos de ocupação, Suzano idem, Salesópolis idem, então todos estão absolutamente convergentes nesse sentido.

Onde havia ocupação, muitos aqui conhecem, por exemplo, a rodovia Índio Tibiriçá, há ocupação ao longo dessa rodovia desde Ribeirão Pires até Suzano, então essa ocupação ela foi de fato gravada como área de urbanização consolidada ou controlada, isso depende da densidade de ocupação que se verificava ali.

O mapa do anexo dois, do anexo um do Projeto de Lei mostra claramente um grande espaço verde ali colocado e esse grande espaço verde é 92% do território e é conservação ambiental.

Então essa função de ser uma área de recarga de aquífero, uma área de recarga hidrológica, de preservação ambiental, essa função está absolutamente privilegiada dentro desse Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Parece que a SOS teria alguma coisa a acrescentar a sua questão.

A SRA. MALU RIBEIRO – Deputado, o senhor pontuou muito bem dois problemas que são extremamente graves e que de uma certa forma poderão vir a ser minimizados por uma lei de proteção de mananciais, desde que ela seja respeitada, não seja uma lei que fique no papel como nós estamos assistindo, por exemplo, com a Billings.

Nós temos a lei de proteção de mananciais da Billings, parques que foram criados por prefeitos em gestões passadas e que agora estão sendo revogados para abrigar empreendimentos “Minha casa, minha vida.”, por exemplo, que eu citaria aqui como exemplo clássico que a imprensa tem dado direto, o Parque dos Búfalos, que poderá receber 198 torres de prédios numa área de 500.000m² de área verde, tipo um Parque do Ibirapuera.

Então o que vai garantir a gestão efetiva dos mananciais e da água, para que a gente consiga ter planejamento, e evite o colapso dos mananciais como nós estamos

assistindo hoje, é que possamos ter uma lei que não fique só no papel, que seja executada pelos municípios e principalmente pelos Planos Diretores municipais, e eu destacaria aqui a importância do Plano Municipal da Mata Atlântica, que está na lei específica da Mata Atlântica, para que esses conflitos de uso do solo não aconteçam.

Se nós já tivéssemos as áreas de preservação permanente do Código Florestal de 1965, e do Código Florestal atual, respeitadas e recuperadas, com certeza nós teríamos um impacto menor na perda de volume e qualidade da água que tivemos na última década em todos os sistemas, mas, sobretudo, no sistema Alto Tietê.

Por que quê ele demora mais, tem uma capacidade de resiliência maior que o Cantareira, assim como a Billings e a Guarapiranga também tem? Porque tem mosaicos de áreas protegidas e unidades de conservação e parcelamentos do solo com característica rural e o proprietário rural sabe da importância da conservação do solo e da importância da conservação de suas nascentes.

Portanto é diferente quando os loteamentos são residenciais no entorno de um manancial, como é o caso da Cantareira e como é o caso de grande parte do reservatório Billings.

Agora, a qualidade da água, em específico no sistema Alto Tietê, ela vem sendo gravemente impactada e esse impacto tem diminuindo gradativamente, na medida em que os municípios têm conseguido implementar saneamento básico.

Então a não regularização de moradias, que faz com que nós não tenhamos saneamento básico, é hoje o principal vilão da perda da qualidade da água.

E da quantidade da água, sem dúvida nenhuma, foi o socorro que a região prestou para o desabastecimento da bacia do Alto Tietê.

Então eu acho que está faltando usar aqui, a Secretaria de Recursos Hídricos, e o próprio Comitê de Bacia, para que a gente tenha uma justiça socioeconômica para essa bacia, dois instrumentos importantíssimos que essa Casa já aprovou.

A cobrança pelo uso da água, pois se essa bacia está exportando água para socorrer outra ela tem que receber em compensação econômica, o valor da cobrança pelo uso da água por uma água de qualidade boa que ela disponibilizou.

Uma água cujo tratamento pelos sistemas de tratamento, quer seja da Sabesp ou dos municípios não operados, autônomos a Sabesp, Mogi é autônomo, Guarulhos é autônomo, enfim, tantos outros, paguem essa compensação para o subcomitê, para a subconta da agência de águas do subcomitê, para que seja revertida em conservação da própria bacia e na melhoria da qualidade de água da própria bacia.

E o mesmo em relação à cobertura florestal. Esses proprietários de terra que têm suas porções de lotes de 5.000m, que são os agricultores de hortaliças, os produtores de orgânicos, eles precisam receber o pagamento por serviços ambientais, que a nossa lei de mudanças do clima estabelece desde que foi aprovado em São Paulo de forma pioneira no país.

Portanto são duas justiças tributárias e sociais que a água espelha.

Se nós temos hoje uma água de baixa qualidade no Tietê, no Tamanduateí, no Cabuçu e as águas da Billings estão indisponíveis, foi porque setores que superexploram a água e que não é o abastecimento doméstico, são os setores que usam grandes volumes de água, não pagam os valores devidos da cobrança pelo uso da água e da DBO que lançam.

Portanto, deputado, eu acho que essa lei, se ela vier a ser usada e apropriada por essas comunidades da bacia que a elaboraram, não fomos nós que fizemos dos gabinetes ou nas nossas organizações, foram amplos debates na bacia, ela tem uma grande chance de sucesso.

O erro da primeira lei de mananciais é que foi feito por nós, técnicos em gabinetes, e de uma forma excludente do debate com a sociedade, por isso nos sentimos seguros em achar que embora não seja a melhor lei, porque nós estamos perdendo lotes de 2.500m para lotes de 250m, mas é a lei que está mais próxima da realidade social, cultural e econômica dessas populações, não adianta fazer uma lei pensando como é que é o sistema francês de gestão.

E também quando se diz que a superexploração dos mananciais vai levar ao esgotamento e vai piorar a qualidade da água, é fato. Não só a superexploração, por todos os usos, mas principalmente os impactos do clima.

Essas altas temperaturas que nós temos, com o uso de produtos biodegradáveis ricos em fósforo e dos fertilizantes agrícolas, formam algas nesses reservatórios essas algas eutrofizam a água e a gente tem uma perda de qualidade da água da noite pro dia, com formação de algas tóxicas e isso é um impacto dessas mudanças, variações climáticas extremas mais a sobrecarga que a gente usa.

Então o saneamento básico, mas não uma estação de tratamento primária, estações de tratamento que retirem a maior carga possível de afluentes e uma zona de amortecimento, como fez, por exemplo, Botucatu. Eu acho que essa Casa faça essa sugestão aos deputados.

O município de Botucatu criou uma zona de amortecimento numa faixa de 100m de APP, para que não se use nos mananciais essenciais nenhum fertilizante agrícola e muito menos mata-mato ou outros defensivos que causam esse fenômeno da eutrofização. Então fica aqui uma sugestão em relação às suas preocupações. Muito obrigada.

O SR. ANDRÉ DO PRADO – PR – Pela ordem, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Pela ordem, deputado.

O SR. ANDRÉ DO PRADO – PR – Senhor presidente, também gostaria de fazer uma explanação aqui.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Ah, perdão, uma falha gravíssima, eu esqueci de anunciar a presença da nossa grande e querida amiga, deputada Célia Leão.

A SRA. CÉLIA LEÃO – PSDB – Obrigada, gente.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Desculpa, deputado, por favor.

O SR. ANDRÉ DO PRADO – PR – Portanto, presidente Tripoli, Amauri Pollachi, o Trani, a Malu, parabenizá-los pela brilhante explanação e exposição que assim fizeram. O presidente do Comitê de Bacias da nossa região e prefeito da cidade de Salesópolis, prefeito Rafael, cumprimentar que está aqui também o Renato, do Sindicato Rural da nossa região do Alto Tietê, cumprimentar a todos os deputados aqui nessa Comissão.

E dizer, senhor presidente, que ouvindo toda essa explanação, e até o deputado Luiz Turco colocando as suas exposições, pode ser até testemunho, deputado, assim do trabalho que foi feito nessa lei, para a elaboração dessa lei, que é uma lei do governo do estado, porém eu falo que é da sociedade, porque ela foi feita, praticamente, 100% pela sociedade civil em parceria com as instituições políticas, no caso as prefeituras e Câmaras Municipais.

E eu pude acompanhar esse trabalho que há mais de 20 anos vem sendo feito, é um trabalho árduo, onde foi feito acompanhamento por todas as entidades, todo o setor público, para poder chegar nesse ano de 2015 e o governo do estado mandar essa lei pra essa Casa.

Que é um anseio muito grande e eu, como representante daquela região do Alto Tietê, é um anseio muito grande das cidades, principalmente de Salesópolis, Biritiba Mirim, Mogi das Cruzes e Suzano.

Por quê? Somente a cidade de Salesópolis, no qual o prefeito está presente, o prefeito Rafael, vem sendo uma cidade que a cada dia diminui mais a sua população, chegamos a ter lá 25.000 habitantes e hoje estamos em torno de 17.000 habitantes, cada vez mais o poder econômico da cidade diminuindo, a arrecadação caindo cada vez mais, os jovens sempre tendo que sair do município e a perspectiva de desenvolvimento daquela cidade praticamente paga um preço muito alto.

Uma injustiça social muito grande com os moradores daquela cidade, devido ao preço que essa população paga em preservar e produzir água, então realmente é uma injustiça muito grande.

E quando esse debate vem sendo feito mais constantemente nos últimos quatro anos, principalmente no Comitê de Bacias, do subcomitê, depois do Consema, a Secretaria de Recursos Hídricos, enfim, todas as etapas que esse Projeto foi percorrendo, existe uma euforia muito grande, um anseio muito grande da população, que espera que, com a aprovação desse Projeto, ao menos possa, a partir da sua aprovação, a se ter mais justiça dentro da cidade.

Hoje a cidade de Salesópolis, como o prefeito Rafael está aqui, a cidade de Biritiba Mirim, você vê na área urbana do município, hoje, o prefeito Rafael até cita esse exemplo, foi pedido pela juíza da cidade à reforma do fórum, prefeito, como em todos os municípios, tem uma parceria muito grande com o poder judiciário, foi lá reformou o prédio do fórum e depois de um tempo o próprio promotor entrou com uma ação judicial contra o prefeito, que ele está respondendo hoje, na área central do município.

Então nós não estamos falando de áreas perto da represa, nós estamos falando de áreas centrais do município, e isso todo o município está comprometido, então, por isso que existe esse anseio muito grande.

E nós da região do Alto Tietê, juntamente com prefeitos e a sociedade civil, mobilizamos realmente para que o governador mandasse em regime de urgência, porque realmente é urgente.

O povo espera há 20 anos para que essa justiça seja cometida com aquela população, por isso que veio com regime de urgência, a pedido da nossa população da nossa região, o pedido dessa urgência.

E devido também para que essas regras sejam estabelecidas e que nós possamos realmente continuar preservando os mananciais cada vez mais com a produção da água, mas principalmente também proteger o povo daquela região, que é feito uma injustiça social muito grande com aquela população.

Então por isso eu posso aqui, como testemunha, dizer que foi uma lei muito bem elaborada, muito bem debatida, e que nós teremos total tranquilidade em aprová-la, porque ela foi feita realmente por várias mãos, com muita responsabilidade na questão da proteção social, na proteção ambiental e que isso vai proporcionar para aquela população realmente uma qualidade de vida muito melhor, para que ela possa realmente ter perspectiva de futuro, porque hoje a perspectiva de futuro da cidade de Salesópolis principalmente, é quase que zero.

Se essa lei não for aprovada cada vez mais teremos o êxodo naquela cidade e a injustiça continuará sendo cometida para quem produz água pra toda a nossa região da grande São Paulo, que é abastecida com essa água, que gera desenvolvimento pra toda a grande São Paulo e quem produz a água é feita a injustiça.

Então eu acho que com essa lei, trará uma justiça social muito grande e na questão ambiental também, com certeza, terão mecanismos que poderão proteger ainda mais os mananciais tão importantes pra nossa grande, pra toda nossa região de São Paulo, que eu tenho certeza que isso é prioridade, que nós sabemos que toda essa crise hídrica que nós estamos vivendo, mais do que nunca, nós temos realmente que ter a consciência que a proteção dos mananciais é essencial para a nossa sobrevivência, pra nossa população e principalmente pro desenvolvimento do nosso estado.

Mas temos que pensar também no cidadão que está lá na ponta, que produz essa água, que paga um preço alto, que também seja feita justiça com ele também, então eram essas as minhas palavras e pedir o apoio de todos os deputados, que realmente nós possamos tramitar rápidamente esse Projeto, para que o mais rápido possível ele possa entrar na ordem do dia.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Muito bem, só queria deixar registrado aqui que o deputado André do Prado é um deputado que está me cobrando já há tempos uma audiência pública, que vem lutando por esse Projeto há muito tempo.

Antes do deputado Turco eu gostaria de saber se algum outro deputado gostaria de fazer alguma pergunta.

A AUDIÊNCIA – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Então, por favor, deputado Marcos Martins, em seguida Bolçone.

O SR. MARCOS MARTINS – PT – Quero saudar todos os membros da Mesa em nome do nosso colega Roberto, e cumprimentar a todos aqui presentes nesta atividade tão importante que é a vida das pessoas, que é a água.

Eu gostaria de reforçar que no dia 15 é uma audiência pública para discutir a despoluição do rio Tietê e Guarapiranga, que não é possível que o estado de São Paulo a gente vai viver a vida inteira um pedacinho de esgoto lá na frente, na nascente, e esgoto no restante. Isso precisa mudar.

Vários países do mundo já conseguiram fazer a recuperação, embora, aparentemente seja quase impossível, quantos anos, quantos investimentos, inclusive do governo japonês em recursos para despoluição do rio Tietê está aí. Quantos caminhões de terra foram retirados e aí continuam arrozados.

Então eu estou reiterando o convite. Eu moro ali na região de Osasco e todas aquelas cidades do entorno sofrem muito e a capital também sofre. E algumas cidades sofrem as espumas, que vocês devem ter visto em televisão, quando eles tiveram uma invasão de espumas, o caso de Pirapora do Bom Jesus, e uma outra cidade também...

A SRA. – Salto.

O SR. MARCOS MARTINS – PT – Salto.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPLO – PV – Salto.

O SR. MARCOS MARTINS – PT - Que além das espumas, os peixes que morreram lá, e o prefeito teve que retirar um monte de esgoto, de sujeiras do rio Tietê e que veio de outros lugares, não foram gerados lá essas sujeiras.

Então eu estou reiterando aqui este desafio que é coletivo, não apenas da cidade de Salto e Pirapora do Bom Jesus, mas é uma responsabilidade coletiva de todas as cidades e de todos nós.

Então dia 15, a partir das 19h, aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Quatorze horas.

O SR. MARCOS MARTINS – PT – Das 14h. Essa audiência é para discutir esse assunto e que os prefeitos não fiquem sendo penalizados, quando nós tivemos um período em que os prefeitos foram chamados num programa de uma empresa grande, poderosa, que cada cidade desse satisfação de quanto tinha de redes tratadas pela sua cidade, quando sabemos que a maioria das cidades têm contrato com a Sabesp.

A Sabesp era responsável pela coleta e tratamento do esgoto, e os prefeitos tinham que dar satisfação perante a televisão, que era obrigação do estado a coleta e tratamento desse esgoto nesse Tietê, que está há tantos anos nessa situação.

Então estou... O senhor não poderá estar presente, mas a Ana e eu, nós vamos estar trabalhando juntos, para ter essa audiência e ter essa reflexão, porque não é possível que o estado de São Paulo continue a vida inteira com esse esgoto a céu aberto, sendo que em outros países do mundo já superaram essa fase. É isso, muito obrigado.

A SRA. ANA DO CARMO – PT – Pela ordem, nobre presidente.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Tinha a palavra primeiro Orlando Bolçone em seguida a deputada Ana.

A SRA. ANA DO CARMO – PT – Certo, não, pode falar, nobre deputado.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Pois não.

O SR. ORLANDO BOLÇONE – PSB – Pode ser, deputada Ana do Carmo, quero agradecer.

Primeiro cumprimentar Vossa Excelência, presidente, por trazer o tema e a forma da condução do debate, que é muito responsável e muito tranquilo. E eu acho também que a forma como foi composto o debate, com os representantes da Secretaria de Recursos Hídricos, são técnicos respeitadíssimos, dr. Amauri Pollachi, Eduardo Trani, com quem tive a honra de trabalhar junto no ano passado e a Malu representando a sociedade.

Acho que vou me ater às palavras do deputado Luiz Turco, e em especial do André do Prado e do prefeito, porque vocês conseguiram colocar ao mesmo tempo trazer todo o conhecimento passado, você conseguiu colocar em uma audiência, conhecendo o passado a respeito do tema, as diversas opiniões e também o testemunho in loco daquelas pessoas, daquelas autoridades, que são as que mais sentem a aflição da ausência de legislação.

Eu acho que o encaminhamento, da minha parte, até aqui, é no sentido que nós possamos, acredito, possa até procurar agilizar esse processo para depois acompanharmos também, André, prefeito, nobres deputados, deputado Marcos, Ana, Alencar, Luiz Turco e depois acompanhar a efetiva aplicação.

O grande desafio da questão ambiental é a questão da descontinuidade. Às vezes a legislação é excelente, mais algumas vezes, como lembrou a Malu, com a competência que só os grandes intelectuais, as pessoas que pensam os grandes temas, têm de admitir que no passado nós não quisemos proteger tanto as populações e acabam, senhor presidente, fazendo as leis sem ter esse contato.

E esse momento, até histórico, no sentido de que trouxe o testemunho efetivo de quem vai ser o objeto e o alvo das nossas ações, e depois fica o nosso compromisso, liderados por Vossa Excelência, de também fiscalizarmos a aplicação da lei. É o que me consta. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Muito bem colocado, professor Orlando. Eu passo a palavra a nossa vice-presidente, a Ana.

A SRA. ANA DO CARMO – PT – Eu quero cumprimentar aqui o presidente, nosso deputado, quero cumprimentar o secretário, e dizer que é importante a presença aqui do Trani, cumprimentar o Amauri, que a gente já se conhece de várias reuniões, audiências, debates por aí afora, cumprimentar aqui o prefeito presente, os nobres deputados e quero cumprimentar a Malu, e dizer que a gente já se encontrou em debates

outras vezes também, né, Malu, é importante a participação da sociedade civil mais do que nunca.

Porque você colocou as palavras corretas, não adianta projetos, podem até vir a serem importantes, mas a importância maior é se ele é debatido com a população, então faz a diferença, sim, e a gente tem que dar os parabéns pela participação da sociedade.

Eu quero relembrar aqui uma coisa que você também falou, é muito importante, mas desde que as leis de fato sejam aprovadas e sejam cumpridas, porque hoje, infelizmente, o que a gente vê é que há 20 anos atrás, há 25 anos atrás, um exemplo, quando foi feito o acordo de passar o serviço de água e esgoto das prefeituras para a Sabesp naquela época, foi que dentro de 20 ano o contrato seria que teria que estar pronto todo o tratamento de esgoto daquela cidade.

Os coletores tronco e todo o tratamento de esgoto deveria já ser concluído num prazo de 20 anos, portanto, até então, que a população pagava taxa de esgoto, passou a se pagar pela mesma quantidade do uso da água, e a gente não vê esses investimentos sendo realizados nas nossas cidades, infelizmente.

Então hoje a gente vê o manancial e as nossas represas sendo totalmente poluídos pelo esgoto da cidade, sendo que lá atrás, num Projeto de Lei aprovado pela Câmara de Concessão, digo aqui no caso de São Bernardo, e pode ir lá pra ver que tem alguns coletores tronco feitos, pouquíssimos, alguns muito pouco, quase nada, interligados, e outros parados.

Então a gente vê que o investimento da Sabesp, ele não é, não se tem o mesmo retorno do que se paga, esta é a grande verdade, é um descaso muito grande com a população e isso é conhecedor de todos aqui e a gente precisa que, nós que somos autoridade, os movimentos, precisamos estar atentos a isso e cobrar do estado para que cobre da Sabesp, porque a Sabesp é uma autarquia comandada pelo estado, a gente sabe disso.

A gente tem cobrado aqui, em audiências públicas, tem cobrado no plenário, mas o descaso com os municípios que a Sabesp age, a forma que a Sabesp age, é muito ruim, é muito ruim, é de uma irresponsabilidade total.

Primeiro com a perda das águas, os vazamentos, segundo quando faz uma ligação não terminam o serviço, resumo da história, é uma luta todos os dias, é briga todos os dias com a Sabesp, então é uma vergonha.

E quando a Malu falou também aqui da questão dos agrotóxicos, a palavra correta que você usou não foi essa, mas é verdadeiro. O agrotóxico hoje consumido aqui no estado de São Paulo é gravemente prejudicial ao meio ambiente.

Então não é só pela questão de aprovar um Projeto, não é só a cidade de Salesópolis que é prejudicada hoje e que tem de ser de fato resolvido e resolver essa situação, não é tão grave talvez atender aquela população ali do que o agrotóxico que é jogado e que vai pras nossas nascentes.

Então tem muito, o tratamento do esgoto, como eu já disse, com efeito, então de fato tem algumas cidades que de fato são penalizadas, Santa Isabel é uma também, vocês conhecem, então tem muitas outras cidades que realmente são produtoras de água e que não têm a mesma atenção que deveriam ter.

Não se tem compensação do estado por isso, a compensação ela é muito pouca, então são todas ações que a gente precisa se preocupar com os pequenos municípios, que são produtores de água e que estão, na verdade, a União, o estado, estão em débito com esses municípios, que ainda tem a preservação e a população vem sofrendo, porque não tem o desenvolvimento que tem em uma outra cidade que não é manancial, então a gente tem que pensar isso com muito carinho mesmo.

Então eu dou os parabéns aqui pela presença de todos, porque a gente tem que debater e participar e saber do que está acontecendo, que também não é só isso e que nós temos hoje.

O estado hoje tem uma dívida com essa questão do saneamento básico e dos coletores tronco no tratamento do esgoto, que o Marcos colocou bem, que é uma vergonha um estado igual a São Paulo nossas represas estarem poluídas do jeito que estão, ainda, nos dias de hoje.

Então é um apelo que a gente faz aqui, no dia 15 a gente vai ter essa audiência pública, dia 15, não é Marcos? A gente convida a todos a participar pra gente ir se interando cada vez mais nesses debates.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Muito bem, eu queria registrar a presença do deputado Alencar Santana Braga, gostaria de saber se Vossa Excelência gostaria de usar da palavra.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA – PT – (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Não querendo usar a palavra eu passo novamente ao deputado Luiz Turco, que de turco não tem nada.

O SR. LUIZ TURCO – PT – Não tem nada.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Por favor, deputado.

O SR. – (Ininteligível.)

O SR. LUIZ TURCO – PT – Oi?

O SR. – Já está nacionalizado.

O SR. LUIZ TURCO – PT – Já estou nacionalizado brasileiro.

Mas, senhor presidente, é rapidinho, rapidamente mesmo, é que a Malu na sua resposta, na sua intervenção, você falou algo que me chamou a atenção, e eu queria só reforçar aqui, e outra é uma sugestão que eu gostaria de fazer aqui para a Comissão.

Aquela região do Alto Tietê nós sabemos que nós temos uma grande quantidade de pequenos produtores de hortaliças ali e que vêm ao longo do tempo sendo penalizados pela estiagem, vocês que são de lá sabem melhor do que eu, das restrições da DAE, que tem colocado impostos sobre a captação de água para as suas atividades, esse Projeto de Lei vai penalizar mais ainda?

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Vossa Excelência teria outras perguntas, para um conjunto responder?

O SR. LUIZ TURCO – PT – Não é nem pergunta, é uma sugestão, que é a seguinte, também, esse debate sobre a compensação financeira para os municípios produtores de água, eu acho que a gente devia retomar esse debate, porque a quantidade hoje é irrisória, então eu acho que essa Comissão aqui poderia promover um debate, enfim, discutir um pouco mais sobre...

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Se me permite, deputado.

O SR. LUIZ TURCO – PT – Lógico.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Essa questão da compensação ambiental ela é crítica, acho que no estado todo, eu digo pelo município que eu conheço muito bem, tem muito dinheiro parado, de compensação ambiental, que não é utilizado.

Nós podemos fazer um grande debate, só de compensação ambiental, a nível de estado e do município também, a gente chama os órgãos competentes como nós temos feito sempre aqui, porque é importante.

Porque existe a compensação, agora, a compensação depende de quem agrediu o meio ambiente e concordar e o Poder Executivo concordar, quando um discorda fica parado o dinheiro no fundo e ninguém sabe pra onde foi esse dinheiro.

Então seria interessante, na verdade, compensação ambiental numa questão mais ampla, mas terá sempre o apoio desse presidente, deputado Luiz Turco.

Mais algum deputado gostaria de se pronunciar?

Não havendo a presidência encerra os trabalhos, antes, porém, convocando as senhoras e senhores deputados para a próxima quarta-feira, no mesmo horário, eu estarei de licença, mas a deputada Ana estará presidindo.

A SRA. ANA DO CARMO – PT – Terça.

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Terça-feira, perdão.

O SR. – (Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE – ROBERTO TRIPOLI – PV – Ah, perdão, eu vou estar na próxima, eu não vou estar dia 15, no grande debate.

Queria agradecer a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Recursos Hídricos, SOS Mata Atlântica, ao senhor prefeito de Salesópolis, que representa aqui todos os prefeitos, cumprimento aqui toda assessoria, Assessoria de Recursos Hídricos aqui presente e Assessoria de Meio Ambiente também aqui presente.

Muito obrigado a todos e declaro encerrada a presente reunião.

* * *